

INSS Deve Criar Atendimento para Entregadores Acidentados

Guia Prático para Entender Seus Direitos Previdenciários

Descubra o que pode mudar, quais benefícios podem ser solicitados e como proteger seus direitos após um acidente.


VANDREI NAPPO
ADVOGADO

GUIA PRÁTICO

INSS Deve Criar Atendimento para Entregadores Acidentados

Entenda seus direitos, saiba como funciona o benefício e o que pode mudar com essa nova medida.



Quais direitos você tem



Como solicitar o benefício



O que muda com essa proposta



APRESENTAÇÃO

Os entregadores por aplicativo se tornaram parte indispensável da rotina das cidades brasileiras. Todos os dias, milhares de profissionais enfrentam trânsito intenso, más condições das vias, jornadas prolongadas e inúmeros riscos para garantir sua renda.

Infelizmente, os acidentes fazem parte da realidade dessa categoria.

Quando isso acontece, surgem diversas dúvidas:

- **Quem paga meu salário?**
- **Tenho direito ao INSS?**
- **Posso receber auxílio por incapacidade?**
- **O aplicativo é obrigado a me ajudar?**
- **Como solicitar um benefício?**
- **O que acontece se eu ficar com sequelas?**

Recentemente, ganhou força a discussão sobre a criação de um atendimento específico no INSS destinado aos entregadores acidentados, buscando facilitar o acesso aos benefícios previdenciários e reduzir as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores.

Este guia foi elaborado justamente para esclarecer essas questões de forma simples e objetiva.

Ao final da leitura, você compreenderá quais são seus direitos, quais documentos deve reunir e por que o acompanhamento de um advogado previdenciário pode fazer toda a diferença na obtenção do benefício.

CAPÍTULO 1

Quem são os entregadores protegidos pelo INSS?

Muitos trabalhadores acreditam que somente quem possui carteira assinada possui direitos perante o INSS.

Isso não é verdade.

Diversos entregadores podem possuir proteção previdenciária, dependendo da forma como contribuem para a Previdência Social.

Entre eles estão:

- **entregadores autônomos;**
- **entregadores cadastrados em aplicativos;**
- **motoboys;**
- **ciclistas entregadores;**
- **trabalhadores que contribuem como contribuinte individual;**
- **MEIs;**
- **empregados registrados.**

Cada situação possui regras específicas.

O mais importante é verificar se existe qualidade de segurado perante o INSS.

CAPÍTULO 2

Por que o INSS pretende criar atendimento específico?

Os acidentes envolvendo entregadores aumentaram significativamente nos últimos anos.

Além disso, muitos profissionais encontram dificuldades para:

- **agendar perícias;**
- **compreender seus direitos;**
- **apresentar documentos;**
- **solicitar benefícios corretamente;**
- **recorrer quando o pedido é negado.**

A criação de um atendimento especializado busca tornar o acesso aos serviços mais rápido e eficiente, considerando as peculiaridades da profissão.

Embora a implementação dependa de medidas administrativas e regulamentares, a discussão demonstra o reconhecimento da necessidade de um atendimento mais adequado para essa categoria.

CAPÍTULO 3

Quais acidentes podem gerar direito a benefícios?

Os acidentes mais comuns incluem:

- **colisões entre veículos;**
- **atropelamentos;**
- **quedas de motocicleta;**
- **quedas de bicicleta;**
- **fraturas;**
- **traumatismos;**
- **lesões na coluna;**
- **lesões nos joelhos;**
- **lesões nos ombros;**
- **traumatismo craniano;**
- **amputações;**
- **queimaduras;**
- **acidentes durante entregas.**

Não importa se o acidente ocorreu durante uma entrega, no deslocamento ou em outra situação relacionada ao trabalho.

Cada caso deve ser analisado individualmente.

CAPÍTULO 4

Quais benefícios do INSS podem ser concedidos?

Dependendo da situação, o trabalhador poderá ter direito a benefícios como:

Auxílio por Incapacidade Temporária

Conhecido anteriormente como auxílio-doença.

É devido quando o segurado fica temporariamente incapacitado para o trabalho.

Aposentadoria por Incapacidade Permanente

Concedida quando a incapacidade é definitiva e impede o exercício de qualquer atividade laboral.

Auxílio-Acidente

É um benefício indenizatório destinado ao segurado que permanece com sequelas permanentes que reduzem sua capacidade de trabalho.

Mesmo voltando a trabalhar, em determinadas situações, é possível continuar recebendo esse benefício.

Pensão por Morte

Caso o acidente resulte no falecimento do segurado, os dependentes poderão possuir direito ao benefício, desde que preenchidos os requisitos legais.

CAPÍTULO 5

Quais documentos são importantes?

Quanto mais documentos forem apresentados, maiores podem ser as chances de comprovação do direito.

Entre eles:

- **RG e CPF;**
- **comprovante de residência;**
- **CNH (quando houver);**
- **boletim de ocorrência;**
- **prontuários médicos;**
- **exames;**
- **receitas;**
- **laudos médicos;**
- **atestados;**
- **CAT (quando existir);**

- **comprovantes de contribuição ao INSS;**
- **comprovantes das entregas realizadas;**
- **histórico do aplicativo;**
- **fotografias do acidente;**
- **vídeos;**
- **testemunhas.**

CAPÍTULO 6

O aplicativo é responsável?

Essa é uma das dúvidas mais frequentes.

A responsabilidade do aplicativo dependerá das circunstâncias do caso concreto, da relação jurídica existente e da legislação aplicável.

Além das discussões na Justiça do Trabalho e na Justiça Comum, o trabalhador também poderá possuir direitos perante o INSS, independentemente da responsabilização da plataforma.

São situações distintas, que podem coexistir.

CAPÍTULO 7

O benefício pode ser negado?

Sim.

Infelizmente, muitos pedidos acabam sendo indeferidos por motivos como:

- **documentação incompleta;**
- **ausência de laudos médicos suficientes;**
- **problemas na perícia;**
- **falta de comprovação da incapacidade;**
- **perda da qualidade de segurado;**
- **erros no requerimento administrativo.**

Isso não significa que o trabalhador realmente não possua direito.

Em diversas situações é possível apresentar recurso administrativo ou buscar o reconhecimento do direito perante o Poder Judiciário.

CAPÍTULO 8

Como funciona a perícia médica?

A perícia médica é uma das etapas mais importantes do processo.

O perito avaliará:

- **a doença ou lesão;**
- **exames apresentados;**
- **limitações físicas;**
- **tempo estimado de recuperação;**
- **capacidade para retornar ao trabalho.**

Por isso, é essencial comparecer munido de todos os documentos médicos atualizados.

CAPÍTULO 9

O que fazer logo após o acidente?

Algumas medidas podem fazer toda a diferença:

- **Procure atendimento médico imediatamente.**
- **Guarde todos os exames.**
- **Solicite cópia dos prontuários.**
- **Registre boletim de ocorrência, quando necessário.**
- **Preserve fotos e vídeos.**
- **Guarde comprovantes das entregas realizadas.**
- **Organize toda a documentação médica.**
- **Verifique sua situação perante o INSS.**
- **Busque orientação jurídica especializada antes de tomar qualquer decisão.**

CAPÍTULO 10

Perguntas Frequentes

Nunca contribuí para o INSS. Tenho algum direito?

Dependerá da sua situação específica e da existência de vínculo previdenciário. Cada caso deve ser analisado individualmente.

Posso trabalhar e receber auxílio-acidente?

Em determinadas hipóteses, sim.

O aplicativo pode cancelar minha conta?

Essa questão depende das circunstâncias do caso e pode envolver discussão em outras áreas do Direito, além da Previdência Social.

Posso recorrer se meu benefício for negado?

Sim. O indeferimento administrativo não significa necessariamente que o trabalhador não tenha direito ao benefício.

Quanto tempo demora?

O prazo varia conforme o tipo de benefício, a realização da perícia e a análise do INSS.

CAPÍTULO 11

A importância de contar com um Advogado Previdenciário

Os benefícios previdenciários envolvem uma legislação complexa, além de regras administrativas que mudam com frequência.

Erros simples podem resultar em negativas, atrasos ou até na perda de direitos.

O acompanhamento de um advogado previdenciário pode contribuir para:

- **identificar o benefício mais adequado;**
- **verificar o preenchimento dos requisitos legais;**
- **reunir documentos importantes;**
- **orientar sobre a perícia médica;**
- **apresentar recursos administrativos;**
- **propor ação judicial quando necessária;**
- **acompanhar todas as etapas do processo.**

Cada situação possui particularidades, razão pela qual a análise individualizada é fundamental.

CONCLUSÃO

Os entregadores exercem uma atividade essencial para a sociedade e estão diariamente expostos a riscos elevados.

A proposta de criação de um atendimento específico no INSS representa um importante avanço na busca por maior acesso aos direitos previdenciários dessa categoria.

Entretanto, conhecer os próprios direitos continua sendo a melhor forma de evitar prejuízos.

Caso você tenha sofrido um acidente durante o exercício da atividade ou esteja enfrentando dificuldades para obter um benefício previdenciário, procure orientação jurídica especializada.

Uma análise individualizada pode esclarecer quais são os seus direitos, quais benefícios podem ser requeridos e quais medidas podem ser adotadas para proteger seu futuro e o de sua família.